



COPEL
Companhia Paranaense de Energia

Jandaíra I Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 35.823.538/0001-80

Empresa controlada pela Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Orleans - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
Balanco Patrimonial	5
Demonstração de Resultados	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1 Contexto Operacional	9
2 Base de Preparação	10
3 Principais Políticas Contábeis	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	16
5 Imobilizado e Intangível	16
6 Partes Relacionadas	16
7 Fornecedores e Outras contas a pagar	17
8 Outras obrigações fiscais	17
9 Empréstimos e Financiamentos	17
10 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	17
11 Patrimônio Líquido	18
12 Custos e Despesas operacionais	18
13 Resultado Financeiro	18
14 Instrumentos Financeiros	19
15 Seguros	21
16 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	22
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
PARECER DO CONSELHO FISCAL	26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A AÇIONISTA

A administração da Jandaíra I Energias Renováveis S.A., Sociedade de Propósito Específico - SPE, controlada da Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A Jandaíra I Energias Renováveis S.A. (Jandaíra I), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.823.538/0001-80, com endereço na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Orleans – Curitiba (PR) - CEP 81200-240, foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, como Companhia, em 05.12.2019.

A Jandaíra I destina-se a desenvolver, implementar e explorar empreendimento de energia renovável localizado no município de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte, bem como sua conexão com o sistema elétrico e comercialização da energia gerada.

Em 18.10.19 a Companhia vendeu energia eólica no 30º Leilão de Energia Nova (A-6). Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 1,6 MW médios pelo preço de R\$ 98,00/MWh, atualizado pela variação do IPCA, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025. O montante de energia vendida representa 30% da garantia física, sendo que o restante da energia foi comercializada através de contratos no ambiente livre.

Após a emissão das licenças ambientais as obras tiveram seu início no mês de janeiro de 2021, sendo que a entrada em operação está prevista para ocorrer em maio de 2022.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador:

Complexo Eólico	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Preço/MWh ⁽¹⁾	Previsão de operação comercial	Vencimento de outorga
Jandaíra I	10,4	5,6	113,8	01.05.2022	02.04.2055

⁽¹⁾ Preço atualizado até dezembro/2021.

Por fim registramos nossos agradecimentos a acionista, conselheiros, colaboradores e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 06 de abril de 2022

André Luiz Balestero
Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ

Membros JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR

THAIS CERCAL DALMINA LOSSO

MARCIO LUIS BLOOT

CRISTINA KAKAWA

MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

ITAMAR PINTO PAZ

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ROBERTO MARCHIORO JUNIOR

Suplente ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY

Titular KLEBERSON LUIZ DA SILVA

Suplente LILIAN RENATA DE ANDRADE

Titular LUIZ HENRIQUE DE MELLO

Suplente ALFONSO SCHMITT

Titular WALTER GUANDALINI JUNIOR

Suplente ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

DIRETORIA

Diretor Executivo ANDRÉ LUIZ BALESTERO

Diretor Administrativo-Financeiro NILTON MORETTI DOS SANTOS

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0 RONALDO BOSCO SOARES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço Patrimonial dos exercícos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	384	27
Outros créditos		12	-
Despesas antecipadas		9	2
		404	29
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	69.831	11.791
Intangível	5	269	4
		70.100	11.795
TOTAL DO ATIVO		70.504	11.824

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

PASSIVO	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas		55	10
Partes relacionadas	6	58	61
Fornecedores	7	4.435	340
Outras obrigações fiscais	8	117	9
Empréstimos e financiamentos	9	266	-
Outras contas a pagar	7	-	18
		4.931	438
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	9	6.807	-
Provisões para litígios	10	88	-
		6.894	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	11.1	25.791	8.626
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.2	34.030	3.148
Prejuízos acumulados		(1.143)	(388)
		58.678	11.386
TOTAL DO PASSIVO		70.504	11.824

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração de Resultados
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	-
Custos Operacionais			
Serviços de terceiros	12	(34)	(13)
Outros custos e despesas operacionais	12	(27)	(9)
		(61)	(22)
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(61)	(22)
Outras Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(499)	(366)
		(499)	(366)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(560)	(388)
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	13	(195)	-
		(195)	-
PREJUÍZO OPERACIONAL		(754)	(388)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(754)	(388)

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(754)	(388)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(754)	(388)

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais)

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020		1	-	-	1
Aumento de capital		8.625	(8.625)	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	11.773	-	11.773
Prejuízo do exercício		-	-	(388)	(388)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		8.626	3.148	(388)	11.386
Aumento de capital		17.165	(17.165)	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	48.047	-	48.047
Prejuízo do exercício		-	-	(754)	(754)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		25.791	34.030	(1.143)	58.678

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(754)	(388)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias líquidas	9	37	-
Depreciação	5	7	-
Provisões e reversões operacionais líquidas	10	88	-
		(622)	(388)
Redução (aumento) dos ativos			
Outros créditos		(12)	-
Despesas antecipadas		(7)	(2)
		(19)	(2)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		45	10
Partes relacionadas	6	(3)	61
Fornecedores	7	(311)	191
Outras obrigações fiscais	8	108	9
Outras contas a pagar	7	(18)	18
		(179)	289
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(820)	(101)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(820)	(101)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado		(53.634)	(11.642)
Aquisições de intangível		(272)	(4)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(53.906)	(11.646)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de empréstimos e financiamentos		7.275	-
Custos de transações na captação de empréstimos e financiamentos		(239)	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		48.047	11.773
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		55.083	11.773
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		357	26
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		357	26
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	27	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	384	27
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		357	26

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A Jandaíra I Energias Renováveis S.A. (Jandaíra I), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.823.538/0001-80, com endereço na Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Orleans- Curitiba - PR, CEP 81.200-240, foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, como Companhia, em 05.12.2019. Tem como objeto social a exploração de usina de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica Central Geradora Eólica - CGE Jandaíra I, localizado no município de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte. Será constituída de três unidades geradoras de 3,465 MW, com 10,4 MW de capacidade instalada e 5,6 MW médios de garantia física de energia.

A autorização de exploração foi concedida por meio da Portaria MME nº 140, de 30 de março de 2020, juntamente com enquadramento do projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e aprovação como prioritário.

A Companhia vendeu energia eólica no 30º Leilão de Energia Nova (A-6). Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 1,6 MW médios pelo preço de R\$ 98,00/MWh, atualizado pela variação do IPCA, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025. O montante de energia vendida representa 30% da garantia física, sendo que o restante da energia foi comercializada através de contratos no ambiente livre.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção de seu parque eólico e a entrada em operação comercial está prevista para 1º.05.2022. O investimento é suportado por recursos da Controladora e pelo financiamento obtido conforme NE nº 9.

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

Coronavírus é uma família de vírus descoberto em 2019, após casos registrados na China, que provoca a doença chamada Covid-19. Em 26.02.2020 o primeiro caso de infecção foi identificado no Brasil, no município de São Paulo e no dia 11.03.2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS atribuiu o status de pandemia ao coronavírus, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo. No Brasil, os governos federal, estaduais e municipais implementaram diversas medidas de atuação com a emergência na saúde pública. No estado do Paraná as medidas incluíram isolamento social e restrições ao funcionamento de atividades não essenciais como forma de retardar a progressão do vírus, bem como ampliando a vacinação para a população em geral. Após um ciclo de agravamento da pandemia que perdurou até meados de junho de 2021, houve uma redução do isolamento social e o aumento da atividade econômica a partir deste período, principalmente em decorrência do avanço da vacinação que refletiu na diminuição dos casos graves da doença, mesmo com o aumento das infecções pela variante Ômicron no final de 2021 e início de 2022.

A partir de março de 2020, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica, preservando a saúde de seus profissionais, seus acessos seguros aos locais de trabalho, um ambiente que preserve o distanciamento entre indivíduos, higiene e acesso aos equipamentos de proteção individual.

Não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2021 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Companhia está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

2 Base de Preparação

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 06.04.2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 5 - Imobilizado;
- NEs nºs 3.3 e 5 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.4 e 10 - Provisões para litígios e passivos contingentes;

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

Em 31.12.2021, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 4.528 (R\$ 408 em 31.12.2020) decorrente da realização de investimentos de longo prazo. O equacionamento da capacidade financeira de curto prazo será realizado por Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, bem como pela liberação de recursos do financiamento obtido, conforme previsto no plano de negócio.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.3 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de presunção de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de presunção de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferido.

3.6 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2021

A partir do exercício de 2021 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2”;
- (ii) Alteração do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – concessões de aluguel relacionadas à Covid-19.

3.7 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2022 e de 2023 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso (a partir de 1º.01.2022);
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido (a partir de 1º.01.2022);
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual (a partir de 1º.01.2022);
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41 (a partir de 1º.01.2022);
- (v) CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (a partir de 1º.01.2023);
- (vi) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (vii) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (viii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

- (ix) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (x) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos conta movimento	384	27
	384	27

5 Imobilizado e Intangível

	Saldo em 1º.01.2021	Aquisições	Depreciação	Capitalizações	Saldo em 31.12.2021
Em serviço					
Intangível em Serviço	-	-	(7)	42	35
	-	-	(7)	42	35
Em curso					
Custo - Imobilizado	11.791	58.040	-	-	69.831
Custo - Intangível	4	272	-	(42)	234
	11.795	58.312	-	(42)	70.065
Total	11.795	58.312	(7)	-	70.100

Em 31.12.2021, os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços para implantação do parque eólico totalizavam R\$ 36.947.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificassem a necessidade de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2021 e 2020.

6 Partes Relacionadas

	31.12.2021	31.12.2020
Passivo circulante - Compartilhamento de estrutura		
Copel Geração e Transmissão S.A	(51)	(46)
Cutia Empreendimentos Eólicos	(7)	(15)
	(58)	(61)

Os saldos em 31.12.2021 referem-se ao contrato de compartilhamento de gastos com pessoal firmado entre a Companhia e suas acionistas.

Em 2021, a Companhia registrou despesas com seus Administradores referentes a honorários, no valor de R\$ 27 (R\$ 173, em 2020), e encargos sociais, no valor de R\$ 15 (R\$ 43, em 2020). A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo.

7 Fornecedores e Outras contas a pagar

O saldo com fornecedores refere-se a compra de materiais e serviços contratados para a construção do parque eólico. O saldo de Outras contas a pagar refere-se a cauções em garantia.

8 Outras obrigações fiscais

O saldo refere-se principalmente às obrigações junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Impostos sobre serviços - ISS.

9 Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros)	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2021	31.12.2020	
Banco do Nordeste - 35202166127989	31.05.2021	192	15.06.2038	2,7086% + IPCA	3,0107% + IPCA	21.687	7.312	-	
							7.312	-	
							Dívida bruta	7.312	-
							(-) Custo de transação	(239)	-
							Dívida líquida	7.073	-
							Circulante	266	-
							Não circulante	6.807	-

Destinação: Implantação do Complexo Eólico de Jandaíra.

Garantias: Fiança bancária.

9.1 Vencimento das parcelas de longo prazo

31.12.2021	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2023	454	(14)	439
2024	454	(14)	439
2025	454	(14)	439
2026	454	(14)	439
2027	454	(14)	439
Após 2027	4.764	(153)	4.611
			6.807

9.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Saldo em 31.12.2020	-
Ingressos	7.275
(-) Custos de transação	(239)
Encargos	37
Saldo em 31.12.2021	7.073

10 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde por processos judiciais e na avaliação de seus assessores legais, as ações cujas perdas são consideradas prováveis, no montante de R\$ 88 em 31.12.2021 (R\$ 0 em 31.12.2020), são de natureza cível.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2021 a Companhia não possui passivos contingentes.

11 Patrimônio Líquido

11.1 Capital Social

O capital social integralizado, em 31.12.2021, é de R\$ 25.791 (R\$ 8.626 em 31.12.2020), composto por 25.790.861 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A., que por sua vez é subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel. O aumento de capital no valor de R\$ 17.165 foi aprovado na 12ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 12.04.2021, por meio da integralização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC realizados durante o exercício.

11.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia tem um saldo de R\$ 34.030, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, quando da realização de Assembleia Geral Extraordinária.

12 Custos e Despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2021	31.12.2020
Pessoal	-	(152)	-	(152)	(152)
Administradores	-	(298)	-	(298)	(298)
Planos previdenciário e assistencial	-	(9)	-	(9)	(9)
Serviços de terceiros	(34)	(14)	-	(48)	(48)
Depreciação e amortização	-	(7)	-	(7)	(7)
Arrendamentos e aluguéis	-	(11)	-	(11)	(11)
Outros custos e despesas operacionais	(27)	(8)	-	(35)	(35)
	(61)	(499)	-	(560)	(560)

13 Resultado Financeiro

	31.12.2021	31.12.2020
(-) Despesas financeiras		
Varição monetária (a)	186	-
Outras despesas financeiras	8	-
	195	-
Líquido	(195)	-

(a) Refere-se à variação da cotação do Euro na data do pagamento por equipamentos importados

14 Instrumentos Financeiros

14.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2021		31.12.2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	384	384	27	27
Total dos ativos financeiros			384	384	27	27
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	7		4.435	4.435	340	340
Empréstimos e financiamentos (b)	9		7.312	6.019	-	-
Total dos passivos financeiros			11.747	10.454	340	340

Nível 1 de hierarquia de valor justo: informações obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Utilizado como premissa básica o custo da última emissão de debêntures da Copel, DI + 1,38%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

14.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia, por intermédio de sua Controladora, mantém Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

14.2.1 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2026, repetem-se os indicadores de 2025 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo total
31.12.2021							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 9	62	137	560	3.333	7.122	11.214
Fornecedores	-	4.417	-	18	-	-	4.435
		4.479	137	578	3.333	7.122	15.649
31.12.2020							
Fornecedores	-	248	-	92	-	-	340
		248	-	92	-	-	340

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

14.2.2 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2021, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (IPCA – 5,56%), previstos na mediana das expectativas de mercado para 2022 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2021	Cenários projetados - dez.2022		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNB	Alta IPCA	7.312	(407)	(508)	(610)

14.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	7.073	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	384	27
Dívida líquida	6.689	(27)
Patrimônio líquido	58.678	11.386
Endividamento do patrimônio líquido	0,11	(0,00)

15 Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2023	139.513
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel (a)	31.03.2025	3.222

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2021, de R\$ 5,5805.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

a) Garantia de Fiel Cumprimento

A apólice garante as obrigações assumidas pela Companhia em relação à Autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica Jandaíra I.

16 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

16.1 Transações que não envolvem caixa

O capital social da Companhia apresentou o acréscimo no valor de R\$ 17.165, proveniente da capitalização de créditos até então mantidos na rubrica de “Adiantamentos para futuro aumento de capital”, cujos recebimentos ocorreram ao longo do exercício de 2021.

As aquisições de imobilizado ocorridas em 2021 totalizaram R\$ 58.040. Deste montante, R\$ 4.406 corresponde ao conjunto de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do exercício.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Jandaíra I Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jandaíra I Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jandaíra I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Assuntos relacionados à COVID-19

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve os efeitos e potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações, bem como as ações planejadas e as ações tomadas até o momento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Companhia em fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que menciona que a Companhia está em fase pré-operacional e nota explicativa nº 2.5 que menciona que a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo. A avaliação da Diretoria e os seus planos para mitigar essas condições também estão descritos nas notas explicativas nº 1 e nº 2.5. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 12 de abril de 2021 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 6 de abril de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2021 E OS ESCLARECIMENTOS
DA DIRETORIA EXECUTIVA À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Os membros do Conselho Fiscal da Jandaíra I Energias Renováveis S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e os esclarecimentos da Diretoria Executiva à Assembleia Geral Ordinária. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 06 de abril de 2022

ROBERTO MARCHIORO JUNIOR

Presidente

KLEBERSON LUIZ DA SILVA

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

WALTER GUANDALINI JUNIOR